

# AS PERIODIZAÇÕES DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: O FATO HISTÓRICO COMO DESENCADEADOR DAS CONTINUIDADES E RUPTURAS

## THE PERIODIZATION OF EDUCATION IN BRAZIL: THE HISTORICAL FACT AS A TRIGGER FOR CONTINUITIES AND RUPTURES

João Ferreira Sobrinho Junior 1  
Cristina de Cássia Pereira Moraes 2

**Resumo:** O objetivo do artigo é identificar os fatos históricos presentes em pesquisas de periodização da educação no Brasil, e qual campo da atividade humana estes são mais representativos. Para responder a tal cenário se dispôs de pesquisa documental e bibliográfica para o levantamento, coleta e análise dos dados de forma qualitativa. O estudo sugere treze fatos históricos, observados em 17 pesquisas, destacamos três: chegada dos jesuítas; revolução de 1930 e a proclamação da república. Ademais, nota-se que os fatos históricos mais representativos nas rupturas e continuidades não provêm do campo educacional e sim, do histórico, político e social. Conclui-se que a pandemia da Covid-19 tende a ser um fato histórico ao qual desencadeará um novo olhar sobre diversos contextos sociais, e nessa seara, a educação foi indubitavelmente impactada. Logo, esta pandemia atual, está sendo posta então, como mais um marco de ruptura e continuidades na história da educação no Brasil.

**Palavras-chave:** Periodização. Fato Histórico. História da Educação. Covid-19. Ruptura.

**Abstract:** The objective of this article is to identify the historical facts present in periodization research of education in Brazil, and which field of human activity is more representative. In order to respond to this scenario, a documental and bibliographic research was used to survey, collect and analyze the data in a qualitative way. The study suggests thirteen historical facts, observed in 17 surveys, three of which stand out: the arrival of the Jesuits, the revolution of 1930, and the proclamation of the republic. Furthermore, it is noted that the most representative historical facts in the ruptures and continuities do not come from the educational field, but from the historical, political and social fields. We conclude that the Covid-19 pandemic tends to be a historical fact which will trigger a new look on several social contexts, and in this area, education was undoubtedly impacted. Therefore, this current pandemic is being put then, as another mark of ruptures and continuities in the history of education in Brazil.

**Keywords:** Periodization. Historical Fact. History of Education. Covid-19. Rupture.

- 
- 1 Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO/Brasil. Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Samambaia, Goiânia-GO/Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0719840834461162>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3756-9797>. E-mail: [joffersoju@ufg.br](mailto:joffersoju@ufg.br)
  - 2 Doutora em História das Ideias pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), Lisboa-Portugal. Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora associada da Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Samambaia, Goiânia-GO/Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1005102348535090>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8767-7070>. E-mail: [cristinadecassiapmoraes@hotmail.com](mailto:cristinadecassiapmoraes@hotmail.com).

## Introdução

A história humana se desenrola através do tempo por meio de ações ativas ou passivas dos sujeitos, tornando-os construtores dos fatos históricos no lugar em que se encontram. Esses fatos históricos estão inseridos dentro de determinado processo histórico, que podem ser vistos à distância pela análise historiográfica como “um padrão que se adquire nas narrativas e análises dos historiadores uma certa coerência, uma determinada identidade (BARROS, 2014, p. 251)”. Assim, pode-se compreender certa conjuntura através dos laços constituídos entre os fatos históricos, como se tal fosse uma colcha de retalhos.

A partir da análise dos fatos históricos presentes dentro de um determinado processo, podemos identificar movimentos de continuidade ou de ruptura sob certo contexto investigado. Por ruptura se concebe uma descontinuidade ou mudança brusca de orientação prevista dos acontecimentos, acompanhada de um salto à uma nova conjuntura em superação à anterior. Isto acontece sob o eixo temporal da continuidade, pois de uma forma ou de outra, uma ruptura não corta por completo determinado contexto que expressa um conjunto de padrões que resistem ao longo do tempo como forma identitária de determinado ambiente social, e que ao ser assim, estimula e contribui à sua continuidade tal qual está estabelecida (LAVIGNE, 2018) (DUARTE, 2013). Isto posto, podemos deduzir que as rupturas e continuidades se desenrolam desde a antiguidade e transformam todos os campos de atividade humana, e assim sendo, também no campo da educação.

O estudo das periodizações da história da educação no Brasil é uma temática onde autores como Mattos (1958), Severino (1986), Ghiraldelli Jr (1994), Saviani (2001), Bello (2001), Carvalho (2001), Cunha (2007), Lombardi (2008) dentre outros, já pesquisaram sob diversos aspectos, desse modo percebe-se há tempos, da relevância e pertinência do tema ao campo educacional.

A partir de então, se observou em leituras iniciais o número elevado de autores e suas diversas concepções em estabelecer os fatos históricos de ruptura ou continuidade à periodização da educação no Brasil, instigando-nos ao seguinte questionamento: Quais os fatos históricos correntes em pesquisas de periodização da educação no Brasil e qual campo da atividade humana estes são mais representativos? Para responder a essa pergunta se utilizou de pesquisa qualitativa de natureza documental e bibliográfica (GIL, 2017), conquanto tenhamos empregado tratamento estatístico, consideramos que quantidade e qualidade não se dissociam nesse tipo de pesquisa, pois um significado precisa ser atribuído à grandeza numérica que expressa o fenômeno identificado (GATTI, 2002).

O objetivo deste artigo é identificar os fatos históricos presentes em pesquisas de periodização da educação no Brasil, e qual campo da atividade humana estes são mais representativos. Dessarte, para os estudos sobre história da educação este artigo visa contribuir na identificação dos principais fatos históricos nos quais os autores correntemente se apoiam para periodizar a educação no Brasil, e a partir disso, abrir um diálogo para outras pesquisas analisarem as pertinências desses fatos históricos como desencadeadores de movimentos de ruptura ou de continuidade.

## Entre continuidades e rupturas: a periodização da educação no Brasil

Os fatos históricos são cruciais à continuidade e ruptura de qualquer campo da atividade humana, através das ações diretas ou indiretas do sujeito histórico, que é o homem. Sendo então que todos os campos sofrem essa ação, o campo da educação também não foge a essa regra, e assim tal qual o campo, seus subcampos também tendem seguir tal diretriz. Dessarte, tentar medir, mensurar, destacar em determinado tempo histórico suas similitudes e dessa forma, agregá-los como uníssonos, ou seja, periodizar, é um desafio ao historiador (IVASHITA; COELHO, 2019), pois como o passado não fora vivido por ele, torna-o uma realidade complexa a ser compreendida, tendo em vista sua distância temporal. Logo, do passado deve-se traçar uma conexão direta, de causa e consequência com o presente para assim, este passar a ter um significado histórico.

O fato histórico não é estabelecido pelo próprio fato em si, mas através do olhar do historiador pois “é ele quem decide quais os fatos que vêm a cena e em que ordem ou contexto

se põem” (CARR, 1996, p. 46), conquanto deve-se levar em conta aquele acontecimento que, devido a sua importância para o processo histórico, se tornou (ou pode tornar-se) objeto da ciência da história, e assim ser estabelecido a partir de um critério de valor, baseado na veracidade dos vestígios e importância do fato, frente aos demais acontecimentos presentes em determinado contexto (SCHAFF, 1995).

Sob esses argumentos, podemos conceituar para este trabalho que o fato histórico é um acontecimento de relevância para a história, baseado na teoria e na veracidade dos vestígios através da interpretação do historiador. E que esse fato histórico será encadeado por outros fatos que o circunvizinham, para completude do processo histórico ao qual está vinculado. E assim, esse fato histórico é relevante para a compreensão do passado, do presente e quiçá como vislumbre para o futuro.

Dessa forma, a partir de dado início do movimento de ruptura, tem-se os períodos de transição. Esses períodos são campos abertos de enfrentamento das velhas contra as novas posições, entre o que foi, mas que ainda deseja resistir e o novo que se propõe a ser o protagonista. Muito embora, esse novo simplesmente não se impõe soberano, sem mácula com o antigo, e sim, parte desse antigo para daí então, fincar suas condições para superação no campo em disputa (VALENTI, 2018). Por conta então desta penumbra em que se encontram os períodos de transição, se fixar a cronologia do fato – início e fim - torna-se dificultoso, ou seja, se estabelecer os limites da ruptura ou mesmo da não-ruptura e permanência da continuidade em certo contexto histórico. Dessarte, a ruptura e a continuidade são dialeticamente unidas e constituem nos processos históricos um movimento de transformar/permanecer contínuo e assim, alterando o próprio movimento da história (DUARTE, 2013).

Segundo Ivashita e Coelho (2019) os fatos históricos que acarretam rupturas ou continuidades na periodização da história da educação devem seguir marcos educacionais. Isto se pauta na lógica do próprio objeto que se é pesquisado, assim sendo, para que os períodos escolhidos sejam representativos naquilo que se busca, a relação deverá ser intrínseca a este, pois tal qual à história política, os marcos deverão ser necessariamente de caráter político “para a história econômica, marcos econômicos; e, para a história da educação, marcos educacionais” (p. 7), e assim sucessivamente.

Acreditamos esta ser uma lógica válida a ser defendida, no entanto, também consideramos que o campo educacional não é imaculado, frentes aos outros campos. Dessa forma, respingos da economia, política ou saúde pública, de certa forma podem afetar de forma suave, como também podem trazer fatos históricos que mudam diametralmente o percurso do campo da educação.

Enfim, a periodização do tempo que seria a organização de eventos através de períodos com início e fim, seguindo uma ordem cronológica é amplamente utilizada na historiografia, muito embora, historiadores discutam sobre a validade de tais divisões do tempo (OLIVEIRA, 2014). Assim sendo, as periodizações podem nos mostrar se os fatos históricos são a mola propulsora dessas divisões e saber de qual campo eles emergem. Dessarte, analisaremos as principais periodizações da educação no Brasil e verificaremos se há fatos históricos aos quais remetem as cisões estabelecidas pelos autores, além de identificarmos seus principais campos representativos.

As pesquisas que iremos analisar acerca da periodização da história da educação no Brasil são apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1.** Autores e obras de Periodizações da educação no Brasil

Nº	Autor(res)	Obra
1	Antônio Joaquim Severino	Educação, Ideologia e Contra Ideologia (1986)
2	Bárbara Freitag	Escola Estado e Sociedade (1978)
3	Dermeval Saviani	História das Ideias Pedagógicas no Brasil (2001)
4	Gilles Beaulicu et al.	Educação Brasileira e Colégio de Padres: Sacerdotização, Desclerização, Democratização (1966)
5	Henrique Dodsworth	Cem Anos de Ensino Secundário no Brasil (1826 - 1926) (1968)

6	José Antônio Tobias	História da Educação Brasileira (1972)
7	José Claudinei Lombardi	Periodização na História da Educação Brasileira: Aspecto Polêmico e Sempre Provisório (2008)
8	José Luiz de Paiva Bello	Educação no Brasil: a História das rupturas (2001)
9	Laerte Ramos de Carvalho	A educação brasileira e a sua periodização (2001)
10	Luiz Alves Mattos	Primórdios da Educação no Brasil (1958)
11	Luiz Antônio Cunha	A Universidade Temporã — o ensino superior da colônia à era Vargas (2007)
12	Manfredo Berger	Educação e Dependência (1976)
13	Maria do Carmo Tavares de Miranda	Educação no Brasil (Esboço de Estudo Histórico) (1978)
14	Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier	História da Educação - a escola no Brasil (1996)
15	Maria Luiza dos Santos Ribeiro	História da Educação Brasileira - a organização escolar (1984)
16	Otaíza de Oliveira Romanelli	História da Educação no Brasil (1978)
17	Paulo Ghiraldelli Júnior	História da Educação (1994)

**Fonte:** Os autores, 2020.

Assim, a partir dos dados apresentados no Quadro 1 verificaremos os fatos históricos que coincidem com as rupturas e continuidades derivadas das periodizações elencadas pelos autores, e com isso, apontaremos à qual campo da atividade humana estes fatos históricos são mais representativos. A seguir, o Quadro 2.

**Quadro 2.** Periodização da Educação no Brasil e os Fatos Históricos Relacionados

Nº	Periodização	Fatos Históricos	Campo
1	Ideologia Católica (1500 a 1889); Ideologia Liberal” (1889-1964); Ideologia Tecnocrática” (1964 até hoje);	Descobrimiento; Proclamação da República; Regime Militar.	Social Histórico Político
2	Modelo agroexportador (1500-1930); Substituição de importações (1930-1960); Internacionalização do mercado (1960-).	Descobrimiento; Revolução de 30.	Economia Social Histórico Político

3	<p>1ª Etapa - Antecedentes da educação pública no Brasil: Período da Pedagogia Jesuítica Pedagogia de Nóbrega (1549-1570); Ratio studiorum (1570-1759); Pedagogia Pombalina (1759-1827); Tentativas de organização (1827-1890); 2ª Etapa - História da escola pública: Iluminismo republicano (1890-1931); Ideário pedagógico renovador (1931-1961) Pedagogia tradicional e nova (1932-1947) Pedagogia nova (1947-1961); Concepção produtivista escolar (1961-96) Período da Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969); A concepção produtivista escolar (1969-1996).</p>	<p>Chegada Jesuíta; Expulsão Jesuíta; Proclamação da República; Revolução de 30; A Escola Nova no Brasil..</p>	<p>Histórico Social Educação Político</p>
4	<p>Período Jesuíta (1549 - 1759); Tentativas reformistas (1759 - 1808); Período de reconstrução (1808 - 1834); Período de anarquia (1834 - 1889); Reformas desconexas (1889 – 1925); Transição para o sistema de ensino unificado (1925 – 1931); Sistema de ensino unificado (1931-).</p>	<p>Chegada Jesuíta; Expulsão Jesuíta; Chegada da família Real; Ato Adicional de 1834; Proclamação da República; Revolução de 30.</p>	<p>Histórico Social Educação Político</p>
5	<p>Período colonial (1500-1822); Período imperial: Independência a Ato Adicional (1822-34) Ato Adicional a reforma geral (1834-879) Da reforma de 1879 à República. Período republicano: Proclamação à Constituição (1889–1891); Constituição à Escola Nova (1891-1925).</p>	<p>Descobrimto; Independência; Ato Adicional de 1834; Proclamação da República. Constituição de 1891.</p>	<p>Histórico Social Político Educação</p>
6	<p>Período da Educação Cristã (1549 - 1759); Aristocratização do Ensino (1759 - 1889); Período de Transição (1889 - 1920); Socialização do Ensino (1920 - 1950); Procura de Autenticidade (1950 em diante).</p>	<p>Chegada Jesuíta; Expulsão Jesuíta; Proclamação da República.</p>	<p>Histórico Social Político Economia Educação</p>

7	<p>1ª Etapa – feudo ao capital (1500-1759); Pedagogia de Nóbrega (1549-1570); <i>Ratio studiorum</i> (1570-1759). A Crise no Antigo Regime (1759-1822); Pedagogia Pombalina (1759-1808); Educação da Fase Joanina (1808-1822). 2ª Etapa - Império e as primeiras tentativas de organização da educação. (1822-1889). 3ª Etapa - Primeira República (1889-1930). 4ª Etapa - Regulamentação Nacional do ensino e o ideário renovador (1930-1964): Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947); O nacional-desenvolvimentismo e o predomínio escolanovista (1947-1964); Regime militar, adequação nacional à internacionalização capitalista (1964-1984): Crise da pedagogia nova e a articulação tecnicista (1964-1969); Pedagogia crítica x a do capital (1969-84) As Transformações históricas e a inserção do Brasil na Nova Ordem Mundial: Educação e transição democrática (1984-)</p>	<p>Descobrimiento; Chegada Jesuíta; Expulsão Jesuíta; Chegada da família Real; Independência; Proclamação da República; Escola Nova no Brasil; Revolução de 30; Regime Militar; Redemocratização.</p>	<p>Histórico Social Político Educação Economia</p>
8	<p>Período Jesuíta (1549 - 1759); Período Pombalino (1759 - 1808); Período Joanino (1808 - 1821); Período Imperial (1822 - 1889); Período da Primeira República (1889-1930); Período da Segunda República (1930-1936) Período do Estado Novo (1936 - 1945); Período da Nova República (1945 - 1964); Período do Regime Militar (1964- 1985); Período da Abertura Política (1985 – 2003);</p>	<p>Chegada Jesuíta; Expulsão Jesuíta; Chegada da família Real; Independência; Proclamação da República; Revolução de 30; Regime Militar; Redemocratização</p>	<p>Histórico Social Político Economia</p>
9	<p>Período Jesuíta (1549 - 1759); Período Monárquico (1759 - 1889); Período Republicano (1889 - 1930); Período Contemporâneo (a partir de 1961);</p>	<p>Chegada Jesuíta; Expulsão Jesuíta; Proclamação da República; Revolução de 30.</p>	<p>Histórico Social Político</p>
10	<p>Período Heroico (1549 - 1570); Organização e Consolidação (1570 - 1759); Período Pombalino (1759 - 1827); Período Monárquico (1827 - 1889); Período Republicano (1889-1930); Período Contemporâneo (1930-).</p>	<p>Chegada Jesuíta; Expulsão Jesuíta; Proclamação da República; Revolução de 30.</p>	<p>Histórico Social Político Educação</p>

11	Período da Colônia (1572 - 1808); Período do Império (1808 - 1889); República oligárquica (1889 - 1930); Período da Era Vargas (1930- 1945);	Chegada da família Real; Proclamação da República; Revolução de 30;	Histórico Social Político
12	Período jesuítico (1549-1759); Período do “de secularização” (1759-1808); Período da reconstrução (1808-1834); Período do abandono público (1834-1889); Reformas desconexas (1889-1930); Ensaio de democratização e de adaptação às condições da realidade” (1930-1945); Período da “expansão de um sistema escolar alheio à realidade” (1945-1961); Período “tentativas de aproximação do sistema educacional às necessidades da sociedade global” (1961-1970);	Chegada Jesuíta; Expulsão Jesuíta; Chegada da família Real; Ato Adicional de 1834; Proclamação da República; Revolução de 30; Constituição de 1946; Regime Militar.	Histórico Social Político Economia Educação
13	Período Brasil Colônia; Fundamentos Históricos; Anseios de Autonomia; Período do Brasil Monarquia; Período do Brasil República	Descobrimiento; Independência; Proclamação da República.	Histórico Social Político Educação
14	Período agrário exportador (1549-1910); Período Republicano base rural/agrária (1910-1960); base urbano-industrial (1960-1990);	Chegada Jesuíta;	Histórico Social Político Educação
15	Modelo agrário-exportador dependente (1549-1808); Período da crise do modelo anterior e início da estruturação do modelo (1808-1850); Modelo agrário-comercial exportador (1850-1870); Período da crise do modelo anterior e de incentivos à industrialização (1870-1894); Período do Ainda modelo agrário comercial- exportador dependente (1894-1920); Crise do modelo anterior e início da estruturação do seguinte (1920-1937); Período do nacional-desenvolvimentista (1937-1955); Modelo nacional-desenvolvimentista (1955-1964);	Chegada Jesuíta; Chegada da família Real.	Histórico Social Político Economia Educação
16	Contexto da industrialização brasileira Período I (1930-1964); Período II (1964 até 1973);	Revolução de 30; Regime Militar.	Histórico Social Político Economia

17	Primeira e Segunda Repúblicas; Estado Novo; Quarta República; Ditadura Militar; Advento da Nova República	Proclamação da República; Revolução de 30; Regime Militar; Redemocratização	Histórico Social Político
----	---	--	---------------------------------

**Fonte:** Os autores, 2020.

No Quadro 2 temos a periodização estabelecida pelos autores, a qual nos possibilita delimitar o seu contexto de ruptura ou continuidade, sendo assim foi possível verificar os fatos históricos e o seu principal campo representativo que influenciaram diretamente na periodização da história da educação no Brasil.

Em relação aos fatos históricos percebemos que treze deles se destacaram nas rupturas da periodização dos autores, os quais estão abaixo em ordem cronológica: Descobrimto do Brasil em 1500; Chegada dos Jesuítas no Brasil em 1549; Expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759; Chegada da família Real ao Brasil em 1808; Independência do Brasil em 1822; Ato Adicional de 1834; Proclamação da República em 1889; Constituição de 1891; A Escola Nova no Brasil a partir de 1920; Revolução de 1930; Constituição de 1946; Regime Militar de 1964; e a Redemocratização de 1985. Esses fatos citados foram relevantes ao nosso país, sob diversos campos da atividade humana. No que tange os campos onde estes fatos históricos são mais representativos, os temos em número de cinco os quais são: histórico; social; político; econômico e educacional. Ou seja, as periodizações são estabelecidas pelos autores, muito além do campo educacional, o qual é o foco de suas pesquisas.

Assim, após destacarmos os fatos históricos e seus campos representativos que influenciam a educação desde o descobrimento, percebe-se que os fatos históricos podem influenciar fortemente em continuidades ou rupturas em todos os campos da atividade humana. Dessarte, o Quadro 3 nos mostra quais desses fatos históricos são mais presentes nas periodizações, através do número de vezes que estes se repetem no Quadro 2.

**Quadro 3.** Os Fatos Históricos e os Reflexos nos Campos de Atuação

Nº	Fato Histórico	Os Reflexos Respective Campos de Atuação	Repetições
1	Descobrimto em 1500	Histórico, Político, Social, Econômico	5
2	Chegada Jesuítica em 1549	Histórico, Político, Social e Educacional	10
3	Expulsão Jesuíta em 1759	Histórico, Político, Social, Econômico e Educacional	8
4	Chegada da família Real em 1808	Histórico, Político, Social, Econômico	6
5	Independência do Brasil em 1822	Histórico, Político e Social	4
6	Ato Adicional de 1834	Histórico, Político, Social e Educacional	3
7	Proclamação da República em 1889	Histórico, Político e Social	13
8	Constituição de 1891	Histórico, Político e Social	1
9	Escola Nova no Brasil dos anos 1920	Educacional	2
10	Revolução de 1930	Histórico, Político e Social	11
11	Constituição de 1946	Histórico, Político e Social	1

12	Regime Militar de 1964	Histórico, Político e Social	6
13	Redemocratização de 1985	Histórico, Político e Social	3

**Fonte:** Os autores, 2020.

A partir dessas informações, o que podemos depreender delas? A princípio vemos que dos treze fatos históricos a maioria não é puramente ou mesmo parcialmente proveniente da área da educação, então, nota-se que sob a periodização da educação no Brasil podemos indicar que os fatos históricos que evidenciam as rupturas e continuidades, predominantemente proveem do campo histórico, político e social. Tal resultado corrobora com o pensamento de Nagle (1984) de que a periodização da educação no Brasil se orienta por marcos de tempo que perpassam a linha da educação, e prioritariamente versam sobre critérios político-administrativos-econômicos.

De outro lado, é difícil perceber, neles, a própria perspectiva história. A não ser que se deva considerar, como históricos, trabalhos em que se ressalta o aspecto cronológico e nos quais, também, não existe esforço de periodização ajustada ao domínio especificamente educacional; o que ocorre, neste último caso, é a reprodução acrítica das periodizações existentes, estabelecidas, quase sempre, à base de critérios político-administrativos. São trabalhos, além disso, em que se procura, sem muitos cuidados, empregar categorias analíticas gerais, para daí “contextualizar” o estudo, do que tem resultado, também, a mera justaposição de dados (por exemplo, fatores econômicos mais fatores políticos mais fatores sociais mais fatores culturais) (NAGLE, 1984, p. 27).

Conquanto é relevante destacarmos a importância dos próprios fatos históricos que permitiram essa periodização à história do país. Podemos perceber que alguns se destacam mais, então, discorreremos em síntese sobre os três fatos históricos mais recorrentes nas periodizações e indicar por qual razão a área educacional foi tão fortemente influenciada. Dessa forma, os fatos históricos a serem apreciados em ordem crescente, são: Chegada dos Jesuítas ao Brasil em 1547; A Revolução de 1930 e a Proclamação da República em 1889. No entanto, é importante atermo-nos aos processos históricos aos quais esses fatos estavam relacionados, tendo em vista, o fato isolado torna-se por vezes ineficaz na compreensão do todo, pelo historiador. Apresentamos então os fatos históricos e seus principais reflexos e influências à periodização da educação no Brasil.

O primeiro ponto trata acerca da chegada dos Jesuítas, ordem fundada por Inácio de Loyola e sua relação intrínseca com a educação no Brasil. Assim, deve-se levar em conta alguns pontos contextuais para entendermos essa relação. Nesse sentido temos que a Ordem dos Jesuítas é derivada da vontade mútua do papado e da Coroa Portuguesa, pois seus laços se entrelaçam sob variados aspectos, como: somar forças na defesa de novas fronteiras, outros interesses seculares e a organização do trabalho no Novo Mundo sob o mote da lei-rei-fé, com vistas a obter os fins individuais e coletivos da Coroa e do Papado (RAYMUNDO, 1998). Além disso, a Ordem dos Jesuítas não foi criada à educação além mar, muito embora, entre confissões, pregações e catequizações que o distinguiam, o trato no campo da educação passou aos poucos a ocupar “um dos lugares mais importantes, senão mais importante, entre as atividades da Companhia” (LUZURIAGA, 1975, p. 118).

No entanto, a hegemonia a partir de toda a estrutura montada pelos jesuítas no campo da educação colonial nos territórios da Coroa, também trouxe seu declínio nos tempos de Pombal sob argumentos políticos e econômicos (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006). É de se destacar a antipatia de Pombal com a Companhia de Jesus e assim, sua expulsão torna-se quase natural tendo em vista os poderes no qual Pombal detinha naquele contexto histórico. Conquanto, mesmo com a aversão pombalina à Companhia de Jesus, a sua queda não pode ser apenas creditada a Pombal, e sim “a mudanças mais profundas ocorridas na sociedade portuguesa” (OLIVEIRA et al., 2013, p. 16-17). E

como consequência a essa expulsão temos a desestruturação da educação e do ensino, presentes na colônia.

Pode-se perceber que de fato a chegada dos jesuítas não estava atrelada ao ensino, e sim a propagação da fé e com isso, o combate ao protestantismo crescente. No entanto ao encontrar terreno fértil os jesuítas passaram a ser protagonistas na educação colonial, e para isso estruturaram-se e difundiram sua metodologia pela colônia durante pouco mais de dois séculos, até serem expulsos por Pombal e assim ocasionando uma ruptura que influenciou permanentemente o ensino no país. Dessarte, para se compreender a história da educação brasileira é imprescindível que se aborde a reforma pombalina (OLIVEIRA et al., 2013).

O segundo ponto trata da Revolução de 1930. No entanto, para relacionarmos ao campo da educação precisamos traçar no percurso do processo histórico, outros acontecimentos que podem ter influenciado diretamente na concepção dos autores para que esse segundo ponto seja considerado uma ruptura de destaque nas periodizações construídas. Assim, olhamos para trás e passamos pelos reflexos da primeira guerra mundial e a avassaladora gripe espanhola, e dessa forma, como já dito anteriormente que muito embora conjecturas de desastres ou catástrofes ocorram, podemos encontrar no limiar destes eventos de caos, uma luz. Então, sob esse cenário floresceu mais fortemente movimentos de reforma educacional na década de 1920 impulsionado pela Escola Nova, em atores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando Azevedo dentre outros, fomentando assim, mudanças no campo educacional brasileiro (BARACHO, 2016).

Sob esse terreno planejado, a Revolução de 30 trouxe uma abrupta mudança nesse contexto histórico educacional, tendo em vista também naquele cenário a noção de ruptura era latente como pode ser observado no discurso de Oswaldo Aranha em dezembro de 1931 que destacava termos de impacto como o sangue, as armas, a aliança do povo e pelo povo, poder renovador, revolução, destino e ressurreição (LIMA; ALMEIDA; FARIAS, 2017). Este intento revolucionário também refletiu no campo da educação como um instrumento de reafirmação do projeto nacional do poder público no qual se pensasse a nação pela sua história, trazendo com isso uma articulação com fins a dar um sentido pedagógico à revolução (MUELLER, 2000). Questões importantes como o direito gratuito à educação a todos sob a responsabilidade do Estado foram alcançadas na Constituição de 1934, diferentemente do presente na Constituição de 1824, posto que esta não garantia a todos os brasileiros o acesso à educação primária, já que negros e escravos alforriados não eram considerados cidadãos (FREITAS, 2015).

O professor Fernando de Azevedo (1958), um dos elaboradores do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, também discorreu sobre a importância da revolução de 1930 à educação no Brasil quando este diz que em nenhum outro momento na história do Brasil a escola se estabelece como diretriz ao desenvolvimento social, instigando com isso a necessidade de sua integração “com a família, com os meios profissionais, com a vida nacional e as necessidades e condições do mundo moderno” (AZEVEDO, 1958, p. 164). Assim sendo, percebe-se a relevância da Revolução de 1930 para ser indicada pelas periodizações dos autores em relação a história da educação do Brasil, como um ponto de cisão, de ruptura.

Por terceiro e último ponto, temos a Proclamação da República em 1889. Ao vislumbrarmos os acontecimentos da época percebe-se o Brasil em meio a convulsões sociais como movimentos separatistas desde a última ruptura na educação no ano de 1759 (TORMENA, 2018). Com o advento da Independência em 1822, muito pouco de positivo mudou, pois “prevalecia a desregulamentação educacional iniciada na Constituição de 1823” (BOMENY, 2020, p. 3). Seguindo ao processo histórico nacional, a libertação dos escravos no florescer da República fora um fôlego de expectativa para o novo Regime (República) que iria se impor através das armas, e dois anos após instituir sua primeira Constituição.

De forma geral sobre as ações na educação podemos citar a Reforma Benjamin Constant e a Constituição de 1891. Segundo Freitas (2015) essas reformas educativas objetivavam seguir os passos do desenvolvimento industrial, dessa forma as cadeiras que mais ocupavam espaço no ensino eram a matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e a moral, durante todo o percurso acadêmico do estudante. A reforma Benjamin Constant em seu cerne buscava adequar o currículo nacional ao europeu e ao estadunidense, conquanto este privilegiou o ensino secundário em detrimento ao primário, muito embora na época quase 85% da população era analfabeta

(FERRARO, 2002). A Constituição de 1891 por outro lado no que tange a educação trouxe alguns retrocessos, dentre eles destacamos a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica presente na Constituição de 1824. Tal pensamento é reforçado nos princípios do liberalismo presente na Constituição de 1891, inspirada no modelo estadunidense (VAINER, 2010).

Dessa forma, frente ao novo contexto advindo de uma ruptura de regime, não era de se esperar que a educação ficasse incólume, sendo assim a educação no Brasil enfrentou grandes desafios nessa nova conjuntura, pois de um lado o fim de três séculos de escravidão trouxe a necessidade da inclusão dentro dessa sociedade livre, e de outro, a desmistificação do trabalho como dignificador e não denegridor do homem. Aspectos esses, nos trazem questões sociais, políticas e históricas que permitem um novo olhar, uma descontinuidade, uma ruptura na educação no Brasil.

## Considerações Finais

No sentido de trazer as considerações finais à pesquisa realizada, retomamos o objetivo da investigação que se propôs a identificar os fatos históricos presentes em pesquisas de periodização da educação no Brasil, e qual campo da atividade humana estes são mais representativos. Ao realizarmos a análise proposta identificamos treze fatos históricos que se destacam nas periodizações da história da educação no Brasil, estes são apresentados em ordem cronológica: Descobrimto do Brasil em 1500; Chegada dos Jesuítas no Brasil em 1549; Expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759; Chegada da família Real ao Brasil em 1808; Independência do Brasil em 1822; Ato Adicional de 1834; Proclamação da República em 1889; Constituição de 1891; A Escola Nova no Brasil a partir de 1920; Revolução de 1930; Constituição de 1946; Regime Militar de 1964; e a Redemocratização de 1985. A identificação desses treze fatos históricos foi possível por meio de observações em periodizações construídas por dezessete autores em obras produzidas. A partir dessa construção, pode-se observar também a qual campo da atividade humana estes fatos históricos são mais representativos, e assim percebe-se que a maioria não é puramente ou mesmo parcialmente proveniente da área da educação, então podemos indicar que os fatos históricos que evidenciam as rupturas e continuidades se orientam por marcos de tempo que prioritariamente versam sobre critérios político-administrativos-econômicos, em detrimento daqueles que se vinculam diretamente à educação. Conclui-se dessa forma, que ao se olhar para o tempo contemporâneo, a pandemia da Covid-19 tende a ser um fato histórico ao qual desencadeará um novo olhar sobre diversos contextos sociais, e nessa seara, a educação foi e será indubitavelmente impactada. Logo, esta pandemia atual, está sendo posta então, como mais um marco de ruptura e continuidades na história da educação no Brasil.

As discussões realizadas a partir dos resultados explicitados no contexto desta pesquisa trazem destaque que os fatos históricos são cruciais para a periodização da história da educação no Brasil, a partir do cruzamento dos dados entre as periodizações sob os aspectos de diversos autores. Assim sendo, podemos afirmar que novos fatos históricos têm grande potencial de serem novas rupturas no decorrer do tempo na periodização da educação no Brasil, mesmo estes não sendo originários ou reflitam diretamente no campo educacional.

Ademais, como observações complementares advindas desse estudo destacamos que muito embora autores estabeleçam o ideal de que as periodizações na história da educação devem seguir os movimentos de ruptura ligados estritamente ao contexto educacional, não podemos imaginar que os campos da atividade humana possam ser puros ou imaculados em si mesmos, e a partir disso estabelecerem divisões nítidas entre eles e com isso, seja dessa forma posto em prática na vida real. Um argumento interessante é observamos os reflexos advindos das tecnologias digitais sobre a sociedade, pois nos dias de hoje vivemos em um mundo globalizado e estes campos se entrelaçam e se digladiam a partir da ação dos sujeitos históricos, sob o olhar do historiador. Dessarte, notamos que a periodização da educação não tende a trilhar seu caminho solitária e sim, segue uma justaposição aos fatos históricos, econômicos, sociais e políticos, tendo em vista que esses campos perpassam seus limites e adentram em outros, de forma ainda mais incisiva hodiernamente, onde esses campos estão cada vez mais conectado e integrados entre si.

Dessa forma, entendemos que nossos resultados contribuem para os estudos de história da educação pois identificamos os principais fatos históricos nos quais os autores correntemente se apoiam para periodizar a educação no Brasil, como também sobre qual campo da atividade humana estes são mais representativos. A partir disso vislumbramos instigar discussões e investigações que se aprofundem em analisar as pertinências desses fatos históricos como principiadores de movimentos de ruptura ou de continuidade à periodização da educação no Brasil. E por analogia, outros campos da atividade humana, podem a partir da socialização desta pesquisa e seu percurso metodológico, replicar e/ou adequar seus modos operandi em diferentes contextos, com foco a verificar também os fatos históricos que se apresentam nas periodizações estabelecidas correntemente a esses campos pelos seus autores.

Portanto, analisar os fatos históricos como desencadeadores de rupturas e continuidades refletindo em periodizações sob determinado campo, é um desafio para o historiador. Dessarte, muito embora tenhamos alcançado os objetivos propostos e respondido à pergunta de pesquisa para esse recorte investigativo, há dimensões para além das perspectivas aqui discutidas pois existe questionamentos que podem ser observados a partir daqui, como: as periodizações da história da educação devem ser restritas àqueles fatos históricos inerentes a seus campos? Os fatos históricos mais recorrentes identificados neste estudo, são realmente relevantes para se periodizar a história da educação no Brasil? Existem questões ideológicas para tal fato histórico estar presente, em detrimento a outro? Enfim, essas são algumas dentre várias outras questões que podem ser investigadas para melhor conhecermos a história e como são construídas/estabelecidas as periodizações da educação no Brasil.

## Referências

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BARACHO, Cláudia Elizabeth. **Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, p. 142. 2016.

BARROS, José D'Assunção. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. **Dimensões**, Vitória - ES, v. 32, p. 240-266, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8336/5914>. Acesso em: 27 maio 2020.

BEAULIEU, Gilles; CHARBONNEAU, Paul-Eugène; ARRÔBAS-MARTINS, Luiz. **Educação Brasileira e Colégio de Padres — Sacerdotização, Desclerização, Democratização**. São Paulo-SP: Editora Herder, 1966.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. Rio de Janeiro: Pedagogia em Foco, 2001.

BERGER, Manfredo. **Educação e Dependência**. São Paulo-SP: Difel, 1976.

BOMENY, Helena. FGV. **Reformas Educacionais**, 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

CARR, Edward Hallet. **O que é história. Tradução de Lúcia Maurício de Alvarenga**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação brasileira e a sua periodização. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, n. 2, p. 137-152, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38745/20275>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã — o ensino superior da colônia à era Vargas**. 3. ed. Rio de Janeiro-RJ: Unesp-SP, 2007.

DODSWORTH, Henrique. **Cem anos de Ensino Secundário no Brasil (1826-1926)**. Rio de Janeiro-RJ: Ministério da Educação e Cultura — (INEP), 1968.

DUARTE, Cristóvão. Mundo Urbano. **A dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação do espaço**, 2013. Disponível em: <https://crisovao1.wordpress.com/2010/08/01/a-dialectica-entre-permanencia-e-ruptura-nos-processos-de-transformacao-do-espaco/>. Acesso em: 24 maio 2020.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100003>

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Editora Moraes, 1978.

FREITAS, Maria Vanderlânia Sousa de. A Reforma Benjamin Constant e a Educação Básica no Início do Século XX. *In*: Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 2., 2015, Campina Grande. **Anais [...]** Campina Grande-PB: Editora Realize, 2015. p. 1-7.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo-SP: Cortez Editora, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IVASHITA, Simone Burioli; COELHO, João Paulo Pereira. **Periodização da História da Educação Brasileira: Dimensões Teóricas das Concepções de Tempo Histórico**. HOLOS, Ano 35, v.1, e7682, 2019, Natal-RN, v. 1, p. 1-10, dez 2019. <https://doi.org/10.15628/holos.2019.7682>

LAVIGNE, Nilton Carlos Borges. Indagação. **Na perspectiva histórica, o que significa permanência e ruptura?**, 2018. Disponível em: <https://www.indagacao.com.br/2018/04/na-perspectiva-historica-o-que-significa-permanencia-e-ruptura.html>. Acesso em: 24 maio 2020.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, de Souza Farias. **Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro**. Brasília: Funag, v. 2, 2017.

LOMBARDI, José Claudinei. Periodização na história da educação brasileira: Aspecto polêmico e sempre provisório. **Revista HISTEDBR**, Campinas-SP, n. 32, p. 200-209, dez. 2008. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5407/art14\\_32.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5407/art14_32.pdf). Acesso em: 25 maio 2020.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000300003>

MATTOS, Luiz Alves. **Primórdios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Aurora, 1958.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares. **Educação no Brasil (Esboço de Estudo Histórico)**. 3. ed. Recife-

PE: Universidade Federal de Pernambuco: Editora Universitária, 1978.

MUELLER, Helena Isabel. A Década de 30 e a Educação: Sistematização de Saberes e Ordem Nacional. *In: Congresso Brasileiro de História da Educação*, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Anpuh, 2000. p. 1-10.

NAGLE, Jorge. História da Educação brasileira: problemas atuais. **Em Aberto**, Brasília, v. 3, n. 23, p. 27-29, set/out 1984. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.3i23.1527>

OLIVEIRA, Edley Reis de. *SlidePlayer*. **Tempo e História**, 2014. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/3393014/#:~:text=Costuma%2Dse%20indicar%20os%20S%C3%A9culos,que%20vem%20da%20Roma%20Antiga.&text=Periodizar%20significa%20%E2%80%9Cseparar%20ou%20dividir,entre%20si%20por%20Tra%C3%A7os%20Contrastantes..> Acesso em: 28 jun. 2020.

OLIVEIRA, Natália Cristina de; BORGES, Felipe Augusto Fernandes; BORTOLOSSI, Cíntia Maria Bogo; MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga; COSTA, Célio Juvena. Marquês de Pombal e a Expulsão dos Jesuítas: uma leitura do iluminismo português no século XVIII. *In: Jornada do HISTEDBR*, 11., 2013, Cascavel. **Anais [...]** Cascavel: HISTEDBR, 2013. p. 1-18.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 143. 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa dos Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 5. ed. São Paulo-SP: Editora Moraes, 1984.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 6. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1978.

SAVIANI, Dermeval. A Questão da Periodização na História das Ideias Pedagógicas no Brasil. *In: DEMERVAL, Saviani (Org.). História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra ideologia**. São Paulo-SP: EPU, 1986.

TOBIAS, José Antonio. **História da Educação Brasileira**. São Paulo-SP: Editora Jurisprudência, 1972.

TORMENA, Adriano. **Redes e Agenda Política: uma Análise do Movimento “o Sul é Meu País”**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 63. 2018.

VAINER, Bruno Zilberman. Breve Histórico Acerca das Constituições do Brasil e do Controle de Constitucionalidade Brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**, v. 16, p. 161-191, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/233>. Acesso em: 20 ma. 2020.

VALENTI, Luiza Pécis. Período pós-ditatorial brasileiro: o impacto da transição pactuada na consolidação democrática. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*, 14, 2018, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: ANPUH, 2018. p. 1-18.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **História da Educação — a escola no Brasil**. São Paulo-SP: FTD, 1996.

Recebido em 17 de dezembro de 2021.  
Aceito em 19 de dezembro de 2022.